

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Oferta permanente rende R\$ 22,3 milhões à ANP em seu 1º leilão	2
Título: Secretária se diz otimista com cessão onerosa	3
Título: Dinheiro de concessão pode ser reinvestido	5
Título: Orçamento precisa reduzir indexação ou cortar alta da despesa, defende SPE	6
Título: Aneel aprova nova receita para linhão de RR.....	8
Título: CTG investe em laboratório de inovação no Brasil	9
Título: Curtas	10
Título: Abertura de capital da Aramco será acelerada	11
Título: Setor primário e inovação.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: ANP faz leilão para pequenas petroleiras	16
Título: Novo tipo de leilão atraiu estrepantes para o setor	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Fetiche da industrialização prejudica o país, diz presidente da Petrobras.....	18
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Concorrência é melhor.....	19
Título: Decisão do STF põe em risco R\$ 56 bi para o Rio	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/09/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Oferta permanente rende R\$ 22,3 milhões à ANP em seu 1º leilão**

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) licitou 45 ativos, entre blocos exploratórios e áreas inativas com acumulações marginais, no primeiro teste da oferta permanente - novo modelo de leilões, concebido pelo órgão regulador como uma espécie de licitação "on demand" de áreas de óleo e gás. A rodada arrecadou R\$ 22,3 milhões em bônus de assinatura e promete movimentar investimentos de ao menos R\$ 320 milhões.

O número de áreas negociadas responde por cerca de 15% dos 287 ativos colocados para licitação. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, minimizou a baixa arrecadação do leilão e comemorou o resultado da concorrência, ao destacar a contribuição da licitação para dinamizar as atividades de exploração, sobretudo terrestre.

Segundo ele, os 33 blocos licitados pela agência elevam em 11% o número de contratos de exploração em vigor hoje no país. Além desses ativos, foram negociadas outras 12 áreas inativas, que devem receber investimentos para recuperação da produção.

"A gente não busca nesses casos o bônus de assinatura. A ideia é facilitar o investimento. Essa atividade é que vai gerar royalties, arrecadação e emprego. O número de contratos é significativo para o que temos nessas áreas", afirmou Oddone.

A oferta permanente é um mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, um pacote de ativos para compra sob demanda. Tratam-se de campos de baixa produtividade, devolvidos à União pelos antigos detentores da concessão, ou blocos não arrematados em leilões anteriores.

Pelo novo mecanismo, esse cardápio de ativos fica disponível para que as empresas, a qualquer momento, manifestem o interesse em adquirir as áreas ofertadas. Se confirmado, a ANP chama, então, uma sessão pública de ofertas, para que outras empresas possam competir pelas áreas.

Ao todo, 18 empresas saíram vitoriosas no primeiro ciclo da oferta permanente, realizado ontem. O principal investidor foi o consórcio formado por ExxonMobil (50%), Enauta (30%) e Murphy (20%), que pagou R\$ 7,9 milhões por três novas concessões exploratórias em águas ultraprofundas na Bacia Sergipe-Alagoas.

Com isso, as três empresas reforçam suas presenças na região, onde possuem outros seis ativos.

A Eneva, dona do complexo termelétrico Parnaíba, no Maranhão, reforçou sua posição na região e comprou mais seis blocos na Bacia do Parnaíba.

O principal destaque entre as pequenas petroleiras foi a americana Petro-Victory, que comprou 16 concessões. Phoenix, Imetame, Geopark, Petroil, Oil Group, Creative Energy, Great Energy, Brasil Refinarias, Guindastes Locações, Petromais Global, Eagle, Perícia Engenharia e Andorinha Petróleo completam a lista de empresas vencedoras da licitação.

Oddone disse que "outra boa notícia" do primeiro ciclo da oferta permanente foi a diversificação geográfica das áreas contratadas. A ANP leiloou ativos nas bacias Sergipe-Alagoas (mar e terra), Potiguar, Parnaíba, Recôncavo e Espírito Santo (terra). "O Nordeste foi o grande vencedor, na atração de investimentos", afirmou.

O diretor também destacou o "simbolismo" da ausência da Petrobras no leilão, justamente num momento em que o mercado de óleo e gás passa por uma abertura.

Oddone prometeu aumentar o tamanho do cardápio de ativos disponíveis para aquisição. O universo de áreas disponíveis na oferta permanente hoje é de 600 blocos e a pretensão da ANP é ter cerca de 2 mil áreas à disposição das petroleiras. O diretor espera que, no futuro, o novo modelo passe a oferecer também áreas dentro do polígono pré-sal. A ideia é disponibilizar ao mercado blocos exploratórios situados próximos a campos maduros do pós-sal.

"A Petrobras está vendendo uma série dessas áreas [maduras, em águas rasas]. Assim, as empresas que adquirirem os ativos da Petrobras vão, pouco a pouco, começar a se interessar por áreas no entorno desses ativos", explicou. Segundo Oddone, a ideia é que o assunto seja tratado por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Secretária se diz otimista com cessão onerosa

A secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Renata Isfer, disse que está confiante de que o leilão dos excedentes da cessão onerosa ocorrerá na data prevista, de 6 de novembro, apesar das pendências para a

realização da rodada. Segundo ela, o Congresso e o Tribunal de Contas da União (TCU) estão sensíveis quanto à necessidade de viabilizar a licitação no prazo. A concorrência tem potencial de arrecadação de R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura e é uma das mais importantes fontes de receitas para os cofres da União em 2019.

Os excedentes são os volumes descobertos de petróleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito a produzir no pré-sal, como parte da cessão onerosa - contrato assinado em 2010, dentro da operação que culminou no aumento da fatia da União no capital da estatal.

Isfer afirmou que o governo tem prazo suficiente para resolver as questões pendentes do leilão, a tempo de sua realização no dia 6 de novembro. Ela citou que, além da aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do rateio dos bônus do leilão entre União, Estados e municípios, ainda faltam detalhes como o aval do TCU às regras da licitação e a assinatura do aditivo ao contrato da cessão onerosa com a Petrobras.

Esse último item depende ainda de uma solução - possivelmente um projeto de lei - para abrir crédito especial para pagamento à estatal. Ao todo, a União deve US\$ 9 bilhões à petroleira, pela revisão do contrato da cessão onerosa, montante que não estava previsto na lei orçamentária deste ano.

"Temos dois meses e acredito que é tempo mais que suficiente para tudo isso", disse Isfer, a jornalistas, após participar do leilão de áreas de óleo e gás pelo mecanismo de oferta permanente, inaugurado ontem pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

"Acredito que todos os deputados e senadores envolvidos têm consciência de que o melhor para todo mundo é que o leilão aconteça neste ano", completou a secretária, que também disse estar confiante na obtenção do aval do TCU.

Questionada sobre a possibilidade de o governo ter de adiar a rodada, caso não consiga solucionar todas as pendências, Isfer disse que o ideal é que o termo aditivo ao contrato da cessão onerosa esteja assinado até lá. "Isso traz segurança para todo mundo", respondeu. Ela reiterou que o Congresso está sensível ao tema e explicou, ainda, que não há impeditivo legal para que a rodada aconteça sem que a Petrobras e a União assinem o aditivo. "Mas não ter segurança [jurídica] antes, atrapalha a atratividade [do leilão]", ponderou.

Pelas regras do leilão, a Petrobras receberá, além dos US\$ 9 bilhões da União, uma compensação financeira pelos investimentos feitos pela estatal nas áreas que serão ofertadas na licitação. Os valores serão pagos pelas empresas que vencerem a rodada e assinarem acordo de coparticipação com a petroleira

brasileira nos campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos.

Além disso, o pagamento visa a compensar uma provável queda da geração de caixa da companhia. Isso porque, com a entrada dos novos sócios nos campos licitados, haverá uma revisão da curva de produção da Petrobras nos campos da cessão onerosa.

Isfer explicou que os valores e a forma de pagamento da compensação serão livremente negociados pelas partes. "O que fizemos, no edital, foi deixar claro que Petrobras não pode exigir à vista todo o pagamento da compensação."

Ela também citou a mudança no edital para permitir que os bônus do leilão sejam pagos em até duas parcelas, uma no fim deste ano e outra em 2020. "Foi uma tentativa de atrair mais players", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Dinheiro de concessão pode ser reinvestido

O Ministério da Infraestrutura vai encaminhar em breve ao Congresso Nacional uma proposta que visa garantir que recursos oriundos de outorgas de infraestrutura possam ser imediatamente reinvestidos no próprio setor.

Chamado de "reversibilidade imediata de outorgas", o mecanismo será enviado dentro de um leque de sugestões para aprimoramento da Lei 8.987/95, que trata das concessões.

A expectativa é que a matéria seja encaminhada aos parlamentares em aproximadamente duas semanas.

A secretária de Fomento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa, argumenta que o dinheiro arrecadado com as outorgas das concessões precisam ficar no próprio setor, o que nem sempre acontece, especialmente por causa de contingenciamentos do Orçamento federal.

"Queremos poder receber os recursos referentes à concessão de uma ferrovia e investir imediatamente na conclusão das obras de outra", exemplificou. Segunda ela, não há vedações legais para a iniciativa.

A secretária lembrou, inclusive, que algo nessa linha já aconteceu no passado, quando recursos oriundos de outorga foram utilizados no programa de demissão voluntária da estatal Infraero.

"Não se trata de uma receita tributária nem prevista", ela frisou quando questionada se a medida não poderia configurar mais um tipo de indexação, que é justamente o que a equipe econômica liderada pelo ministro Paulo Guedes quer reverter (*ver reportagem [Orçamento precisa reduzir indexação ou cortar alta da despesa, defende SPE](#)*).

A secretária disse ainda que o governo defende a extensão do modelo de autorizações para o setor de ferrovias.

Atualmente, o formato somente é usado nos portos. A iniciativa já consta em um projeto de lei do Senado e terá apoio do ministério.

"Grande parte dos investimentos em ferrovias poderia ser feita por meio de autorização. Não há motivos para o governo ficar atrapalhando isso", afirmou Marcassa, durante audiência na Câmara dos Deputados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília

Título: Orçamento precisa reduzir indexação ou cortar alta da despesa, defende SPE

O Ministério da Economia afirma, em seu Boletim Macrofiscal, relativo a setembro deste ano, divulgado ontem, que só existem duas saídas para o Orçamento brasileiro: diminuir o valor da indexação e/ou diminuir o crescimento vegetativo das despesas. O boletim foi elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério.

Ao todo, a indexação e o crescimento vegetativo das despesas obrigatórias levam a um aumento de R\$ 62,1 bilhões dos gastos obrigatórios, ou cerca de 81% do aumento total dessas despesas projetadas para 2020, de acordo com projeções feitas pela SPE e que constam do documento.

No box do boletim intitulado "Despesas obrigatórias crescem de forma autônoma", a SPE diz que a mudança da indexação do piso salarial "esbarra na regra constitucional de manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo". Afirma que a redução do crescimento vegetativo das despesas obrigatórias, já

adotada na reforma da Previdência Social, "poderá ser estendida para outros componentes da despesa obrigatória".

O texto diz que a criação de critérios mais rigorosos de acesso a benefícios, e, por conseguinte, a diminuição de seu crescimento vegetativo, "mais do que diminuir o crescimento autônomo da despesa obrigatória, têm o potencial de diminuir distorções econômicas, aumentar a focalização de políticas públicas e reduzir a desigualdade social".

A tese central do box é que a despesa obrigatória "cresce de forma autônoma, independentemente de qualquer medida ou política de governo". Isso ocorre, segundo o documento, devido a basicamente dois fatores: o crescimento vegetativo e a indexação.

A SPE quantificou o efeito da indexação e do crescimento vegetativo no Orçamento. Segundo o documento, somente a indexação, ou seja, os reajustes vinculados à inflação e ao salário mínimo, representa 46% do aumento do gasto primário projetado para 2020, ou cerca de R\$ 35 bilhões.

O crescimento vegetativo de benefícios como aposentadorias do RGPS e o seguro-desemprego representa 36% do crescimento dessas despesas projetadas para 2020 ou R\$ 27,1 bilhões. O crescimento vegetativo refere-se à variação do número de pessoas que fazem jus a algum benefício concedido pelo Estado. "Assim como a indexação, trata-se de um crescimento autônomo da despesa", diz o documento. Ao todo, indexação e crescimento vegetativo levam a um aumento de R\$ 62,1 bilhões das despesas obrigatórias no próximo ano, ou cerca de 81% do aumento dos gastos projetados.

Se o crescimento vegetativo das despesas obrigatórias reflete o aumento do número de beneficiários ano a ano, a indexação resulta, segundo o documento, do cumprimento de regras legais e constitucionais. Para quem recebe benefício previdenciário até o valor do piso previdenciário, o reajuste anual corresponde ao aumento dado ao salário mínimo. Para os benefícios superiores ao mínimo, o reajuste dos benefícios previdenciários segue critério definido na Lei 8.213/91, de atualização dos valores com base no INPC.

Só o crescimento vegetativo da despesa da Previdência e a correção para manter o poder aquisitivo do benefício previdenciário representam R\$ 54,1 bilhões no Orçamento de 2020, informa a SPE.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Aneel aprova nova receita para linha de RR**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem uma nova remuneração para o linha que vai interligar Roraima ao restante do país. A receita, contudo, é inferior ao montante pleiteado pelo consórcio, formado pela Eletrobras e pela Alupar, e deve manter a conclusão da obra ainda inviável do ponto de vista econômico-financeiro.

A diretoria da agência aprovou a nova receita anual permitida (RAP) de R\$ 275,5 milhões para o projeto, considerando a duração do contrato de 19 anos e meio, com 36 meses para recomposição do prazo de implantação da linha, a serem contados a partir da assinatura do aditivo. A Transnorte Energia, concessionária do empreendimento, pedia uma receita de R\$ 395,6 milhões e defendia que o contrato ainda tivesse 27 anos de duração.

A Alupar tem 51% da Transnorte, e os outros 49% são da Eletronorte, subsidiária da Eletrobras. O linha foi licitado em 2011 e deveria ter entrado em operação em 2015, mas as obras não avançaram por conta de problemas no licenciamento. Dos seus 720 quilômetros de extensão, cerca de 120 quilômetros atravessam terras indígenas dos Waimiri Atroari.

Desde o início do ano, a obra voltou à pauta, depois que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) declarou o projeto como de interesse nacional em fevereiro, a fim de acelerar as tratativas para liberação da construção. O problema é que, mesmo se as licenças saírem - o que ainda não aconteceu -, a RAP da época, de R\$ 121,1 milhões, era considerada defasada e insuficiente para que o projeto se tornasse viável financeiramente. Por isso, os investidores pediram que a Aneel aprovasse o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, para que este passasse a remunerar o que a concessionária considerou como fatores imprevistos para sua execução.

Ao pleitear a nova receita anual, a Transnorte considerou um investimento de R\$ 2,6 bilhões no projeto, a preços de janeiro de 2019. O montante supera o capex do contrato atual, de R\$ 1,6 bilhão (em valores de janeiro de 2019), em R\$ 966,2 milhões. Segundo a concessionária, o acréscimo é justificado por despesas extras ocasionadas por exigências ambientais e atrasos nas emissões de licenças. A Aneel ajustou os preços pela inflação e pela nova duração do contrato, mas não incluiu as necessidades de investimentos adicionais.

O linhaô é fundamental para que Roraima seja conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Hoje, o Estado é o único completamente isolado das redes de geração, transmissão e distribuição do Brasil, e o abastecimento de energia depende integralmente neste momento de termelétricas caras e poluentes a óleo combustível. Até março, havia importação de energia da Venezuela, que cessou diante de problemas financeiros no país vizinho.

Sem a interligação e a energia da Venezuela, a geração em Roraima hoje custa mais de R\$ 1,7 bilhão por ano, segundo documento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) publicado em julho. A partir de 2021, quando entrarão em operação empreendimentos mais baratos contratados em um leilão realizado em maio deste ano, esse custo anual vai cair para R\$ 1,2 bilhão, considerando a demanda atual. Com o crescimento do consumo na região, a redução de custos tende a ficar menor, o que aumenta a importância da construção do linhaô.

Como a receita atual do projeto é considerada inviável, a Transnorte entrou com uma ação pedindo a rescisão judicial do contrato. Se decidir continuar por este caminho, a empresa poderá ser ressarcida pelos investimentos feitos no projeto, e o linhaô poderá ser relicitado pelo governo, com um prazo maior para conclusão das obras.

Procuradas, Alupar e Eletrobras não responderam até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CTG investe em laboratório de inovação no Brasil

A CTG Brasil, subsidiária brasileira da gigante chinesa dona da hidrelétrica de Três Gargantas, anuncia hoje a criação de seu primeiro laboratório de inovação no país. Segundo José Renato Domingues, vice-presidente corporativo da companhia, o investimento reflete a estratégia "clara e definida" da CTG de desenvolver soluções digitais para geração e comercialização de energia.

A iniciativa surgiu de uma parceria entre a companhia e a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), que já tem um laboratório em funcionamento em Florianópolis. O Digital Innovation Lab ficará em São Paulo, utilizando o suporte e conhecimento técnico desenvolvido pela Acate.

O investimento do projeto é modesto para o tamanho da CTG: R\$ 2,4 milhões, sendo 20% de recursos próprios e o restante da verba obrigatória do programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Inovação é uma tremenda prioridade para a CTG. O investimento inicial no laboratório será para que possamos atingir um aprendizado de como lidar com esse ecossistema", disse Domingues. Além disso, o valor não é um "teto". Se a CTG achar interessante desenvolver algum projeto que não se encaixa no programa de P&D, a companhia poderá fazer investimentos adicionais.

Segunda maior geradora privada do Brasil, a CTG está investindo R\$ 3 bilhões na modernização das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira. "Cada uma das máquinas das usinas que volta para o chão depois de ser modernizada vem com centenas de sensores que vão gerar informações e dados, e vão melhorar a operação e a confiabilidade das máquinas", disse Domingues. De acordo com o executivo, as soluções que serão desenvolvidas no laboratório poderão ser aplicadas nesse contexto. A CTG também vê oportunidade para desenvolver soluções digitais na área de comercialização de energia, a fim de agregar valor ao pacote que será oferecido aos clientes.

A ideia é que, uma vez tendo desenvolvido um projeto no laboratório, ele possa ser amplificado para uma escala maior. "Vamos aprender antes como aplicar de forma eficiente, por isso é um laboratório", afirmou o executivo.

A parceria com a Acate inicialmente deve durar dois anos. Nos próximos seis meses, o time da entidade vai fazer uma "imersão" na CTG, mapeando os principais desafios e os sistemas usados. O novo laboratório deve ser inaugurado em São Paulo no primeiro trimestre do ano que vem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério de ferro sobe

Os preços do minério de ferro se sustentaram em alta no mercado transoceânico ontem, na esteira de dados preliminares que apontaram o aumento das importações chinesas da matéria-prima siderúrgica e da maior liquidez nos portos da China. De acordo com a publicação especializada

"Fastmarkets MB", o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao subiu US\$ 0,25, ou 0,27%, para US\$ 93,22 por tonelada. Com esse desempenho, a commodity acumula valorização de 10% em setembro e de 28% em 2019. Dados preliminares da autoridade alfandegária chinesa, segundo a Fastmarkets, mostraram que o país importou 94,9 milhões de toneladas de minério em agosto, com alta de 6,1% na comparação anual e de 4,2% ante julho. Em oito meses, porém, as compras externas foram 3,5% inferiores ao verificado no mesmo período do ano passado, e somaram 684,9 milhões de toneladas. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em ficaram estáveis em 634,50 yuans por tonelada.

Petrobras conclui venda

A Petrobras concluiu a venda de sua participação de 70% no campo de Maromba, localizado em águas rasas na Bacia de Campos, para a BW Offshore Production do Brasil, por US\$ 90 milhões. O acordo foi anunciado em março. Segundo a companhia, a operação foi finalizada com o pagamento da primeira parcela de US\$ 20 milhões, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato. Os restantes US\$ 70 milhões serão pagos em duas parcelas. A primeira, de US\$ 20 milhões, será depositada em até 15 dias úteis após o início das atividades de perfuração de poços para o desenvolvimento do campo. A parcela de US\$ 50 milhões será paga em até três meses após a primeira extração de petróleo ou três anos após o início das atividades de perfuração de poços, o que ocorrer primeiro

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Simeon Kerr, David Shheppard e Andrew England | Financial Times, de Dubai e Londres

Título: Abertura de capital da Aramco será acelerada

A Arábia Saudita está acelerando planos de fazer a Oferta Pública Inicial (IPO, nas iniciais em inglês) da gigante petrolífera estatal Saudi Aramco, de acordo com pessoas a par dos planos da empresa. A meta é abrir o capital de uma parcela da companhia em sua bolsa doméstica até o fim deste ano.

A iniciativa fará com que seja comercializado inicialmente apenas 1% do capital da Saudi Aramco, a maior empresa do mundo em termos de receita. A operação seria feita na capital, Riad, atendendo a pressões do príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, que pressiona para que a oferta de ações seja mais acelerada. Nos últimos 10 dias, o príncipe herdeiro, o governante de fato do reino, fez uma drástica reformulação do relevante setor energético, ao afastar

Khalid al Falih como ministro da Energia e presidente do conselho de administração da Aramco.

Ele promoveu seu meio-irmão, o príncipe Abdulaziz, a ministro da Energia, ao mesmo tempo em que instalou Yasir al-Rumayyan, o diretor do fundo soberano do país e seu assessor próximo, como presidente da gigante estatal.

Planos de vender até 5% da Aramco foram anunciados, originalmente, pelo príncipe herdeiro Mohammed - que é amplamente conhecido como MBS - três anos atrás, como o ponto central de seu plano de reformar radicalmente a economia do reino e reduzir, em última instância, sua dependência em relação ao petróleo, mas eles passaram por frequentes adiamentos.

Ao abrir apenas 1% do capital da empresa, inicialmente, pessoas familiarizadas com plano dizem que o reino espera comprovar a viabilidade de uma abertura maior, que vem sendo anunciada como a maior oferta da história.

A Saudi Aramco extrai mais de 10% da oferta mundial de petróleo bruto, e é detentora da única licença para explorar os recursos energéticos do reino. Na terça-feira o executivo-chefe da Saudi Aramco, Amin Nasser, confirmou que a abertura do capital seria realizada "muito em breve" com um lançamento primário de ações em sua bolsa de origem, a Tadawul de Riad, mas enfatizou que a data exata seria decidida pelo governo.

"O lançamento primário será local, mas estamos preparados para registrar ações fora do reino", disse ele à imprensa em simpósio de energia em Abu Dhabi.

A Saudi Aramco poderá também registrar em bolsa mais uma parcela de 1% do capital em 2020, na medida em que o governo pretende captar recursos para abastecer os depauperados cofres fiscais e continuar a realizar o ambicioso programa de reformas da economia interna do príncipe.

O drástico afastamento de Khalid al-Falih como ministro da Energia e presidente do conselho de administração da Saudi Aramco foi interpretado como uma medida para acelerar a realização dos planos de IPO. Falih era respeitado em amplos círculos do setor energético, mas era visto como pouco favorável aos planos do príncipe de realizar a abertura de capital.

Altos dirigentes de bancos acreditam que um lançamento doméstico de ações, antes do fim do ano, é viável, e os maiores bancos do mundo pressionam para garantir seu envolvimento. Prevê-se em amplos círculos que o J.P. Morgan assumirá papel destacado no processo devido aos antigos laços que mantém com o reino. O Morgan Stanley, o Citi e o HSBC são encarados como favoritos a um cargo de primeiro escalão na hierarquia dos coordenadores mundiais. Os

esforços de "lobby" do Goldman Sachs para conquistar uma função de destaque também poderão render frutos. Os altos executivos de bancos dizem que a Saudi Aramco deverá anunciar sua decisão em breve às instituições de crédito.

Ao abrir apenas 1% do capital inicialmente, acredita-se que a empresa também cuidará para que essa parcela não supere a demanda da parte dos investidores, disse um alto dirigente do banco familiarizado com o processo.

Mohammed que presidente a principal comissão de supervisão do processo de IPO, tem pressionado por uma avaliação da empresa em nada menos que US\$ 2 trilhões, mas os altos executivos dos bancos levantaram dúvidas sobre a viabilidade de avaliar a empresa em mais de US\$ 1,5 trilhão.

Nasser confirmou ontem que o governo saudita manterá o controle sobre a produção e a capacidade de produção de petróleo mesmo quando ela for parcialmente pública, o que permitirá que o ministro da Energia continue a fixar a política pública para a Aramco. A Arábia Saudita tem restringido a produção como parte do acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) com a Rússia, voltado para sustentar o preço do petróleo.

Uma abertura de capital posterior em bolsas mundiais maiores ajudará a maximizar a avaliação da Saudi Aramco, mas a ameaça de processos judiciais em comarcas como as dos Estados Unidos impediu uma iniciativa desse gênero.

Outros lugares, como Londres e Hong Kong, também foram aventados como bolsas em potencial para um lançamento secundário de ações no exterior, mas eles passam por seus próprios problemas internos, como o Brexit e a agitação política. Os altos dirigentes de bancos e autoridades minimizaram notícias sobre um potencial registro secundário de ações em Tóquio.

Nasser disse que a Aramco estava preparada para IPO em vários lugares, e que a decisão definitiva cabe ao governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Jorge Arbache

Título: Setor primário e inovação

Todas as economias da América do Sul são classificadas como dependentes de commodities, isto é, as suas exportações são compostas predominantemente por commodities. O boom de preços da década passada contribuiu para acentuar esta condição e atrair grandes empresas e investimentos para o setor, o que ajudou a aumentar a renda per capita da região.

Porém, a expansão do setor primário não esteve livre de críticas. Uma delas foi que o crescimento do setor acentuou um fenômeno já bastante característico e problemático da região, que é a forte polarização entre empresas. De um lado, estariam empresas grandes e modernas voltadas para exportação de commodities. De outro, empresas pequenas voltadas, majoritariamente, para consumo doméstico e caracterizadas pelo baixo dinamismo e baixa produtividade. Haveria um quase vazio de empresas entre esses dois conjuntos quase isolados.

Como é inegável a vocação da região para commodities, o desafio, então, seria o de conciliar os interesses das grandes e pequenas empresas e, assim, promover um desenvolvimento mais harmônico e sustentado. De fato, esta conciliação é possível. Isto porque atividades primárias oferecem, e cada vez mais, muitas oportunidades de negócios para pequenas empresas.

Atividades primárias podem contribuir para fortalecer ecossistemas de inovação, valorizando as cadeias de produção

Considere o que se passa na mineração. O setor tem enormes desafios em áreas como uso mais racional de águas, gestão de resíduos, redução de emissão de poluentes, eficiência energética, uso de energias limpas e de combustíveis sustentáveis, aumento da segurança no trabalho, aumento da produtividade, relacionamento com comunidades, dentre tantos outros. Esses desafios necessitam ser enfrentados não apenas para atender às exigências sociais e regulatórias cada vez mais rigorosas, mas, também, clientes preocupados com sustentabilidade.

O agronegócio também tem novos desafios que requerem novas soluções, incluindo recuperação e uso mais racional de águas, aumento da produtividade, otimização do uso dos solos, preservação de matas, produção sustentável, melhorias logísticas, acesso a mercados, gestão e planejamento, relacionamento com comunidades e um número crescente de serviços.

Em razão da natureza daqueles problemas, muitos deles com especificidades locais, grandes empresas do setor primário não têm estrutura organizacional nem capacitação, conhecimento e granularidade necessários para enfrentarem aqueles múltiplos desafios. É neste contexto que parceiros ágeis, inovadores, flexíveis e com conhecimento do terreno podem fazer a diferença.

De fato, está-se criando um promissor mercado na região para pequenas empresas de cunho tecnológico, as startups, visando a provisão de soluções customizadas e com uso de muito conhecimento. Análise de dados, big data, inteligência artificial, drones, serviços de imagens, robôs, automação, operação

remota, nanotecnologia, biotecnologia, materiais avançados e funcionais já são parte do dia a dia de muitos daqueles negócios.

O mercado regional é suficientemente grande para oferecer oportunidades para pequenas empresas testarem e validarem soluções, refinarem modelos de negócios, atingirem escala comercial e ganharem experiência de mercado. As pequenas empresas beneficiam-se, ainda, das externalidades dos seus contratantes, muitas vezes empresas já estabelecidas, com entrada internacional e com acesso a mercados e redes de contato que criam oportunidades para que as pequenas empresas possam comercializar os seus produtos e serviços em outros mercados e, eventualmente, se tornem pequenas multinacionais.

Muitas iniciativas inovadoras já estão em curso em países da região, incluindo na Argentina, Brasil e Chile. O Agtech Valley no interior de São Paulo, por exemplo, é visto como o congênere do Silicon Valley para o agronegócio do subcontinente.

O setor primário está, portanto, contribuindo para o fortalecimento do ecossistema de inovação da região, que, por sua vez, está enriquecendo e valorizando as cadeias de produção de commodities com muitas soluções "embarcadas" em uma tonelada de cobre ou de soja.

Ainda mais encorajadoras são as evidências de que muitas daquelas inovações estão sendo adaptadas e utilizadas na indústria manufatureira e nos serviços, fomentando um círculo virtuoso mais amplo de produtividade, competitividade e criação de valor e dando vazão para o crescimento de empresas de porte médio.

O mercado de venture capital da região está em franco crescimento e já está atraindo grandes investidores internacionais que já identificaram a proposição de valor de várias pequenas empresas e o seu potencial para levar as suas soluções para outras paragens.

Esse movimento também está criando oportunidades para universidades e centros de inovação se engajarem em agendas do tipo "mission-oriented innovation", estimulando um rico processo de geração de conhecimento e de ideias e de atração de jovens talentos.

A fase positiva por que passa a agenda de inovação da região nos permite ser otimistas e, quiçá, mais ambiciosos para fazer deste setor uma mola propulsora do crescimento sustentado e sustentável. Mas, para realizar todo o enorme potencial, será preciso um maior desenvolvimento de redes integradas para startups, aceleradoras e fundos de investimentos; fortalecimento e

modernização regulatória dos mercados de capitais para atrair mais recursos e encorajar a constituição de novos fundos de venture capital; legislações que favoreçam a conexão entre universidades e empresas; acesso a estações experimentais de testes e ambiente colaborativo entre grandes e pequenas empresas, incluindo apoio durante a fase de internacionalização.

O avanço desta agenda consolidará hubs de conhecimento e gerará externalidades que ajudarão a fomentar a prosperidade e combater a pobreza na região.

Jorge Arbache é vice-presidente de setor privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e escreve mensalmente neste espaço.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/09/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: ANP faz leilão para pequenas petroleiras

Em novo modelo, agência ofereceu áreas que foram rejeitadas por grandes empresas

O governo inaugurou ontem um novo modelo de venda de concessões de petróleo e gás natural – a oferta permanente de áreas. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou o primeiro leilão do tipo, no qual foram oferecidos campos de pequeno porte, rejeitados pelas grandes empresas petroleiras no passado. Em menos de três horas de concorrência, em um hotel no centro do Rio, o órgão regulador arrecadou R\$ 22,3 milhões de 15 empresas e recebeu a promessa de investimento de, pelo menos, R\$ 320 milhões nos próximos anos.

Na nova modalidade, o órgão regulador põe à disposição do mercado, de forma contínua, um “cardápio” de áreas de exploração de petróleo e gás que podem ser compradas sob demanda. Essa concorrência é voltada exclusivamente a petroleiras independentes, o que inclui estreantes no setor de petróleo. Para que o leilão acontecesse, a ANP primeiro reuniu um grupo de áreas rejeitadas nos leilões de grande porte de anos anteriores. Essas áreas estão em fase de exploração, ou seja, ainda não há a certeza da existência de petróleo e gás. Ainda assim, a ANP conseguiu levantar ágio médio de 61,48% em comparação com o preço mínimo que estabeleceu para elas em edital.

O leilão incluiu ainda campos que já estavam em produção, mas foram devolvidos – seja porque o tamanho dos reservatórios não era compatível com

o perfil das empresas que detinham a concessão, seja porque a produção já está em declínio e não gera retorno financeiro satisfatório para uma petroleira de grande porte. Esse tipo de área, chamada de acumulação marginal, gerou ágio médio de 2.221%.

“Planejamos o leilão de forma despretensiosa. Um processo que começou com uma manifestação de interesse de uma empresa pequena em uma área com acumulação marginal no Recôncavo (Bahia) e termina com 45 blocos e áreas contratadas”, ressaltou o diretor-geral da ANP, Décio Odeon.

Ele afirmou ainda que, com esse leilão, cresceu em 11% o número de contratos de exploração firmados entre empresas e União. “Não é pouco para a nossa indústria, se considerarmos que na 15.ª Rodada não contratamos nenhuma área terrestre. E agora estamos vendo empresas de pequeno e médio portes entrando nas bacias terrestres tradicionais”, disse.

ExxonMobil. A surpresa do leilão foi a participação da americana ExxonMobil, que arrematou três blocos exploratórios em águas rasas da Bacia de Sergipe-Alagoas, onde já tem outros ativos considerados de grande potencial para a produção de gás natural. Junto com a americana Murphy e com a brasileira Enauta, pagou R\$ 7,8 milhões em bônus de assinatura pelas áreas.

“É possível que a empresa tenha informações novas sobre o potencial da região. Existem teses muito diferentes sobre uma mesma área. No mínimo, a Exxon vai conseguir uma sinergia de infraestrutura com os projetos que está montando em Sergipe”, avaliou Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ. Já o sócio da área de Óleo e Gás do escritório Mattos Filhos, Giovani Loss, avalia que, nesse leilão, houve interesse de empresas em áreas em terra que, em leilões anteriores, não existiu. “Isso reforça o apetite ao mercado brasileiro como um todo, inclusive de muitas empresas estrangeiras”, analisa.

Concluída a concorrência, a secretária interina de Petróleo e Gás, Renata Isfer, ressaltou que o importante do leilão não foi a arrecadação de bônus de assinatura que vai para o Tesouro, mas a promessa de investimento e geração de empregos pelas empresas vencedoras. “Não é uma questão de bônus, mas de desenvolvimento do País”, destacou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/09/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Novo tipo de leilão atraiu estreantes para o setor

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) conseguiu atrair estreantes para o setor com a realização da oferta permanente de áreas. Ao todo, sete empresas de pequeno porte, a maioria delas com experiência em outras atividades, levaram campos em terra, sobretudo no Nordeste, o que levantou R\$ 6,98 milhões em bônus de assinatura.

A mais atuante no leilão foi a americana Petro-Victory, do Texas, que levou blocos em terra e em águas rasas. Em seu site, a empresa destacou o momento da economia brasileira, que considera positivo, por conta dos desdobramentos da Operação Lava Jato e das mudanças regulatórias promovidas pelo governo. Além dela, saíram vencedoras empresas com experiência na área de engenharia, como a Perícia Engenharia, e de energias renováveis, como a Creative Energy. Há outras que já participaram de concorrências da ANP, mas não chegam a ter uma tradição no setor, como a Geopark e a Imetame.

“É claro que há o risco de empresas ficarem pelo caminho. Existe o caso de empresas supercapitalizadas, como a OGX (que pertenceu ao empresário Eike Batista), que não foram para frente. É natural nessa indústria. O importante é que outras irão para frente e, com isso, está sendo criada uma nova indústria petroleira no Brasil”, avaliou José Roberto Faveret, sócio do Faveret Lampert Advogados, especialista na área de Petróleo e Gás Natural.

Gás. A abertura do mercado de gás natural é outro fator de estímulo a estreantes, avalia o professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ Edmar Almeida. “Existe uma vocação natural em terra e águas rasas para o gás”, afirma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Fetiche da industrialização prejudica o país, diz presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou nesta terça-feira (10) que a exploração de recursos naturais enfrenta preconceito no Brasil e é prejudicada por um “fetiche da industrialização”, que cobra investimentos em produtos de alto valor adicionado.

Castello Branco, que já foi diretor da Vale, falava para uma plateia do setor de mineração em congresso em Belo Horizonte.

“O Brasil é certamente uma fortaleza global de recursos naturais. Um enorme riqueza na agricultura, na mineração e no petróleo. Todavia há preconceitos

contra a produção de commodities, sempre existe o apelo por valor adicionado”, afirmou.

A estatal tem enfrentado críticas por se desfazer de atividades como refino e petroquímica, com o objetivo de focar suas atividades na exploração de petróleo. Até agora, a companhia vendeu US\$ 15,7 bilhões (R\$ 65 bilhões pela cotação atual) em ativos.

Na Vale, disse Castello Branco, também havia questionamentos pelo foco na extração do minério — nos governos petistas, houve pressões para que a mineradora entrasse em projetos de siderurgia e construísse navios no Brasil. “Infelizmente, o fetiche da industrialização tem prejudicado a realização do potencial de crescimento da exploração de recursos naturais.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Concorrência é melhor

Veja por que Paulo Guedes acerta quando pretende aumentar a concorrência do setor de gás. Mês passado, a Petrobras reduziu em 8,16% o preço do produto nas refinarias. Já as distribuidoras, inclusive a própria Liquigás, da Petrobras, aumentaram, para o consumidor, entre 2 e 3%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/09/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI E CAROLINA BRÍGIDO

Título: Decisão do STF põe em risco R\$ 56 bi para o Rio

Julgamento sobre constitucionalidade de lei que altera critério de distribuição de royalties vai definir o futuro das finanças fluminenses. Estimativa de perda bilionária considera impacto na arrecadação do estado e de prefeituras até 2023

RIO E BRASÍLIA- Um julgamento marcado para novembro no Supremo Tribunal Federal (STF) definirá o futuro das finanças do Rio. O plenário da Corte vai decidir sobre a validade de uma lei que altera a distribuição de royalties do petróleo, reduzindo a arrecadação de regiões produtoras. Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, a lei é inconstitucional. Caso entre em vigor, o Estado do Rio e seus municípios perderão R\$ 56,2 bilhões entre 2020 e 2023, segundo

estimativas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), inviabilizando seus orçamentos.

A chamada Lei dos Royalties reduz de 26,25% para 20% a fatia das compensações pagas pela indústria do petróleo destinada a estados produtores, que também passariam a ficar só com 20% das participações especiais (PEs), metade do que arrecadam hoje. Entre os municípios produtores, o percentual dos royalties despencaria de 26,25% para apenas 4% e o de PEs, de 10% para 4%. Esses recursos passariam a ser distribuídos por todos estados e municípios, e não apenas os produtores. No caso de Maricá, na Região dos Lagos, a queda nas receitas chegaria a 69%.

Aprovada em 2012 no Congresso, a lei foi suspensa no ano seguinte pela ministra Cármen Lúcia, do STF, que concedeu liminar a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo governo do Rio. Ela entendeu que, se entrasse em vigor, a lei provocaria um impacto financeiro profundo nos cofres de estados e prefeituras e também afetaria o equilíbrio federativo. Seis anos depois, no dia 20 de novembro, o plenário da Corte julgará o mérito da ação.

Segundo o deputado federal Christino Áureo (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar do Petróleo, são dois os principais argumentos contra a lei. Ele observou que o artigo 20 da Constituição deixa claro que as chamadas participações governamentais, como royalties e PEs, estão diretamente ligadas aos territórios onde a atividade econômica ocorre. O segundo argumento é o fato de a Constituição prever que os royalties também sirvam de compensação a estados produtores pelo fato de o ICMS dos combustíveis ser cobrado no lugar onde ele é consumido, e não onde é produzido, como acontece com todos os outros produtos.

RISCO DE 'COLAPSO'

Nota técnica da Secretaria de Fazenda do Rio elaborada no fim de agosto mostra como os royalties compensam a perda de arrecadação do estado com o ICMS sobre os combustíveis, produzidos a partir do petróleo. Entre 2012 e 2023, os técnicos calculam uma perda acumulada de R\$ 127,1 bilhões com o tributo. Descontando-se o valor dos royalties, a “sobra” seria de apenas R\$ 8 bilhões. Mas, se a Lei dos Royalties estivesse em vigor nesses 12 anos, a conta ficaria negativa em R\$ 32,7 bilhões.

— A lei é constitucionalmente frágil tanto do ponto de vista da indenização ao território produtor como da compensação prevista no pacto federativo. Quando a lei tenta abandonar o caráter local dos royalties, isso seria equivalente a

outros países da América Latina exigirem royalties pelo nosso petróleo — diz Áureo.

Karine Fragoso, gerente de Petróleo da Firjan, pondera que, em todo o mundo, entende-se também que esses recursos precisam ter destinação local para permitir que a região produtora adapte sua infraestrutura ao impacto econômico e social da exploração. Ela cita como exemplo Rio das Ostras, outro grande produtor da Região dos Lagos, cuja população cresceu 1.485% entre 1970 e 2010, enquanto a população do país avançou 105%.

— Com a grande presença de pré-sal nas bacias de Campos e Santos, o Rio será um agente fundamental para que se cumpra a meta de dobrar a produção de petróleo do país, mas temos que preparar nossa infraestrutura e serviços públicos. Os royalties servem para isso — disse Karine.

— O Rio não pode sequer pensar na possibilidade de não ter acesso a esses recursos. Do contrário, o destino é a falência.

Em entrevista ao jornal Extra no domingo, o secretário de Fazenda do Rio, Luiz Claudio de Carvalho, disse que, se a lei for validada pelo STF, “o estado entra em colapso no dia seguinte”. Isso porque o Rio está no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) desde 2017, sendo incapaz de arcar com suas próprias dívidas. Segundo levantamento da Fazenda estadual, se a Lei dos Royalties estivesse em vigor em 2018, as despesas obrigatórias do Estado saltariam de 99% para 109% da receita corrente, inviabilizando a máquina pública.

Em caso de validação da lei pelo STF, a situação poderia ser ainda pior se os outros estados entrassem com processos exigindo pagamento de royalties retroativos desde sua aprovação no Congresso, em 2012. Só no Estado do Rio, o valor devido seria de R\$ 21,9 bilhões.

— Uma decisão como essa deixaria o Rio na fila da esmola, quando é um estado com potencial de arrecadação extraordinário — disse Áureo.

Em artigo publicado ontem no GLOBO, Gustavo Binenbojm, professor de Direito da Uerj, mostrou que, embora tenha o potencial de inviabilizar as finanças do Rio, a lei traria benefícios desprezíveis para estados não produtores. Segundo a nota da Fazenda, o incremento em receitas para outros estados ficaria entre 0,2% e 6,2%. “É um típico exemplo populista de medida “perde-perde”: os entes produtores têm tudo a perder, e os não produtores, nada significativo a ganhar”, escreveu Binenbojm.

Embora seja cedo para apontar uma tendência na Corte, ministros sinalizam, em caráter reservado, que votarão para manter a liminar de Cármen Lúcia, mantendo a regra atual.

- Além de a lei ser inconstitucional, o contexto mudou desde 2012. A cotação do petróleo está em um nível menor, o que reduz o ímpeto de estados não produtores por essa receita. Desde então, com a crise, as consequências da redução dos royalties para o Rio ficaram muito claras. A discussão amadureceu
- afirmou Giovani Loss, sócio de Óleo e Gás do Mattos Filho.
- É uma ação que pode quebrar o Rio. Acho difícil que os ministros tenham esse descompromisso com o segundo maior estado do país.

MME / ASCOM .